

O PROLONGAMENTO DA JUVENTUDE COMO CONSEQUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

THE EXTENSION OF YOUTH AS CONSEQUENCE OF EDUCATIONAL STRATEGIES ADOPTED BY BRAZILIAN FAMILIES

Nestor Medeiros Filgueira Burlamaqui⁴⁹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de esclarecer o discurso do senso comum – reproduzido pelos meios de comunicação de massa – a respeito da permanência de adultos nas casas dos pais por mais tempo do que observado em décadas anteriores, no Brasil. Por meio de análises históricas, o trabalho apresenta uma evolução da importância dos diplomas universitários e demais títulos educativos no Brasil do século XX e demonstra como as dificuldades atuais de se perpetuar o padrão de vida fazem com que certas famílias adotem o prolongamento da juventude, atitude reproduzida pela mídia e pelo consumismo, como uma estratégia relativa à educação.

Palavras-chave: juventude, estratégias, educação, capital cultural, família.

⁴⁹ Mestrando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN), Bacharel em Comunicação Social (UFRN)

nestormedeiros@gmail.com

ABSTRACT

This paper pretend to illumine the common sense thought – publicized by mass media – about the persistence of adults in parent’s home for longer than seen at previous decades, in Brazil. Through historical analysis, we present an evolution of university degree importance at 20th century, demonstrating how nowadays difficulties to maintain standards of living contribute with the extension of youth, practice published by mass media and consumerism, as an educational strategies.

Keywords: youth, strategies, education, cultural capital, family.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve início a partir de uma pesquisa sobre as causas do fenômeno recente da corrida aos concursos públicos no Brasil; uma busca por causas além daquelas divulgadas pelo senso comum – que são os altos níveis de desemprego e a criação de várias vagas em instituições públicas. Porém, nossos estudos iniciais nos levaram a descobertas que abrangem conseqüências nas quais a escolha para se dedicar a concursos públicos é apenas um dos aspectos e, por isso, alteramos nosso objeto de pesquisa, que seria sobre as causas sociais da corrida aos concursos públicos, para um estudo sobre a influência da desilusão econômica e do prolongamento da juventude nas estratégias educativas da família brasileira nos dias atuais. A alteração para esse foco se deu devido à evidência de que as causas da grande corrida aos concursos públicos estavam relacionadas à eventos distintos, mas certamente ligados às estratégias das famílias a respeito da educação de seus filhos. E um desses eventos é o prolongamento da juventude que está sendo constatado entre algumas famílias brasileiras, as quais mantêm seus filhos adultos em casa – preparando-se para concursos públicos, concluindo pós-graduações etc – por cada vez mais tempo. Hoje em dia, temos conhecimento de indivíduos ditos adultos (por volta dos 30 a 35 anos) ainda morando na casa dos pais. Essa informação nos chega por meio de diversas mensagens oriundas da mídia sob a forma de matérias televisivas, notícias na Internet, opiniões em artigos e em *blogs*, entre outros. E essas mensagens sempre apontam como possível causa as dificuldades de se adquirir um emprego “digno” ou “satisfatório”, mesmo com o diploma universitário. Nessas mensagens, que relatam comportamentos semelhantes em países europeus, também há discursos que denunciam esse fenômeno como provocado por características de determinadas tradições nacionais ou conseqüência de um eventual espírito liberal dos pais. Assim, nesse discurso da mídia, que também é o do senso comum, identificamos os seguintes elementos dignos de uma análise mais atenta: desvalorização do

diploma universitário, prolongamento da juventude, e dificuldades que os filhos adultos encontram para perpetuar o padrão vida de seus pais.

Vejamos, se o diploma hoje está se desvalorizando, é porque um dia já foi valorizado, o que atualmente provoca essa decepção em relação a esse título. Por isso, nesse trabalho – através de autores como Sérgio Buarque de Holanda, além da obra História da Vida Privada no Brasil – faremos uma breve análise sócio-histórica com objetivo de verificar a evolução da importância dos diplomas e dos títulos acadêmicos ou técnicos nas estratégias educativas no Brasil do século XX, tentando explicar como surgiu a valorização do diploma universitário como ferramenta de acesso para um “bom emprego”; ou seja, ascensão social.

Na tarefa de esclarecer a respeito dos fenômenos da dilatação da juventude e de estratégias educativas, recorreremos a autores como Pierre Bourdieu e Massimo Canevacci. Também analisamos o pensamento de Ellen M. Wood sobre uma das características da contemporaneidade, que é a diversidade de identidades, das quais identificamos a juventude como uma delas.

As informações relativas aos dados empíricos sobre esse comportamento advêm do próprio discurso da mídia onde se apresentam resultados de pesquisas sobre os jovens que passam essa situação. Mas antes é necessário esclarecer que nesse trabalho não trataremos daqueles indivíduos conhecidos por “filhinhos de papai”, filhos adultos cujas ações seriam orientadas por um impulso de aparência hedonista – que não trabalham porque não querem e nem precisam, devido aos recursos de suas famílias (que nem sempre são tão amplos o quanto esses demonstram) – os quais também merecem algum estudo para um melhor esclarecimento sociológico, mas em outra oportunidade.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA VALORIZAÇÃO DO DIPLOMA NO BRASIL

Partindo de uma evidência superficial a respeito da psique da família brasileira e sua influência nas decisões sobre o futuro de seus filhos, decidimos

iniciar uma investigação sobre a real situação dessa psique e suas causas sociais. Cedo, percebemos que essa evidência coincide com o que escreveu Sérgio Buarque de Holanda a respeito da instituição da família no Brasil:

Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias 'retardatárias', concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico (HOLANDA, 2009, p. 143).

Encontramos aqui uma questão de mudança de estratégia educativa para que as famílias se adaptassem às novas mudanças. Para o autor, as dificuldades poderiam ser resolvidas se as famílias comesçassem a educar seus filhos para o mundo exterior, um mundo que estava adquirindo um caráter cada vez mais distinto da ética familiar. No período em questão, surgia a industrialização, com uma ética do trabalho onde as relações entre o empregado e o empregador estavam cada vez menos diretas e cada vez mais impessoais. Esse conflito entre éticas ocasionaria um problema profissional para os filhos educados na forma antiga. Nesse discurso de Holanda, podemos notar claramente a clássica oposição entre família e Estado, que encontramos também em outros estudos sob a forma da dicotomia privado-público. No entanto, sabemos que essa oposição entre público e privado é mais metodológica do que real, já que Bourdieu (2007) nos esclareceu que a família, que é o privado, e sendo uma construção social, é um conceito fortemente influenciado pelas estruturas do Estado – que enxergaria uma certa utilidade nessa instituição social – e, dessa forma, seria também uma obra do público. Para enfatizar isso, Bourdieu afirma que uma história social do processo de institucionalização estatal da família mostraria que a oposição tradicional entre o público e o privado oculta até que ponto o público está presente no privado: “O privado é um negócio público”. Dessa forma, para uma análise histórica mais ampla das estratégias educativas da família brasileira, seria sensato também uma análise da influência da estrutura do Estado sobre a vida privada.

Para nosso objetivo, no entanto, não chega a ser necessária uma investigação detalhada de como o Estado brasileiro instituiu a família por meio dos braços de sua máquina e através dos conceitos impostos pelo controle e pela burocratização nos meados do século XX, pois pelas nossas pesquisas percebemos que as estratégias das famílias já são bastante afetadas pelo mero impacto de uma reforma no sistema de produção e na própria estrutura da máquina estatal, que influenciaram especialmente na questão do capital cultural institucionalizado; em outras palavras, na questão dos diplomas universitários e demais títulos de caráter educacional concedidos pelo Estado.

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro iniciou reformas burocráticas em sua estrutura de governo, chegando a implantar novos mecanismos racionais de controle, fato que não demorou muito para afetar as estratégias familiares em relação ao âmbito profissional e que, como vimos, foi testemunhado e registrado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Nessa ocasião, foram instituídas empresas públicas e, conseqüentemente, vagas para cargos burocráticos, administrativos, entre outros; o que abriu a possibilidade para que algumas famílias ascendessem socialmente por meio de investimentos em capital cultural institucionalizado (ou seja, diplomas e títulos) com objetivo de “capacitarem” seus membros (especialmente os filhos) para que pudessem ocupar tais cargos, muitos com exigência de ensino superior completo; ou seja, do diploma. Paralelamente, a partir da década de 1950, o Brasil começou a experimentar um período de otimismo que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Em outras palavras, o investimento em educação não trouxe apenas retornos benéficos de capital econômico para quem se integrou às repartições públicas, como também para aqueles que começavam a se formar em cursos para trabalhar por meio da iniciativa privada.

Com essas transformações estatais, a família brasileira sofreu mutações em seu comportamento estratégico relativas ao investimento em educação. Se a importância que os brasileiros dão à educação advém de experiências de utilidade que o investimento no capital cultural lhes proporciona, logo, muitos daqueles que,

durante as mudanças no Estado brasileiro a partir de meados do século XX, investiram em capital cultural, conseguiram resultados benéficos de ascensão social – seja devido à criação de cargos públicos, seja devido às novas oportunidades da iniciativa privada – e certamente reproduziram esse mesmo pensamento em suas famílias, fato que ampliou a consciência de que investimentos em educação podem ser lucrativos.

Porém, um acontecimento da década de 1980, conhecida como a “década perdida”, plantou sementes de mudança nas estratégias educativas dessas famílias. Pois nesse período veio a crise econômica; e o otimismo que havia marcado as décadas anteriores, mais especificamente o período entre 1950 e 1979, deu lugar à desilusão. A partir de 1980 se observou no Brasil, efeitos negativos como estagnação econômica, superinflação, desemprego, entre outros. E muitos desses problemas, de uma forma ou de outra, permanecem presentes em dias atuais.

Essa análise da evolução da importância dos diplomas na sociedade brasileira é útil, pois como veremos mais adiante, essa importância, juntamente com as novas dificuldades econômicas e a influência da mídia e do consumismo, afetou as estratégias educativas de muitas famílias ao ponto de hoje verificarmos o surgimento de um novo comportamento nessas famílias: o prolongamento da juventude.

3 O PROLONGAMENTO DA JUVENTUDE: UM FENÔMENO NOVO

Essa breve análise da evolução da importância de diplomas e títulos no Brasil do século XX mostra que se por um lado a família brasileira se adaptou à novas estratégias para se adequar à novas situações, por outro lado, não consegue explicar, por si só, um fenômeno cada vez mais notável no Brasil contemporâneo, divulgado por meio da mídia noticiosa nos últimos anos: o prolongamento da permanência de filhos adultos nas casas dos pais.

Determinar o perfil das famílias nas quais o fenômeno da dilatação da juventude atinge é crucial para nossa pesquisa, pois se for constatado que tais fenômenos atingem essencialmente as famílias que possuem uma maior dependência de investimentos em capital cultural institucionalizado, teremos uma maior certeza de que esse comportamento foi incorporado utilitariamente pelas famílias. Felizmente, podemos encontrar essa informação no próprio discurso midiático. As notícias e opiniões que tratam do tema se referem às famílias das camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira. Segundo essas informações, todos os filhos adultos em questão possuem formação acadêmica superior e, em sua maioria, já trabalham. Inclusive, uma das notícias, que trata os filhos adultos como “filhos cangurus”, divulgada na Revista Veja em 15 de abril de 2009, chega a citar uma pesquisa realizada pela Latinpanel, que aponta as famílias de “classes média e alta”.

Segundo o instituto de pesquisas LatinPanel, de São Paulo, há hoje no Brasil 3,3 milhões de famílias das classes média e alta com filhos cangurus. Isso equivale a 7% das famílias do país. A maioria deles se encontra na faixa dos 25 a 30 anos, mas, entre os já quase quarentões, 15% ainda moram com os pais(...).

Ou seja, estamos observando indivíduos ditos adultos (com idades entre 25 e 35 anos, por exemplo) vivendo com os pais, em empregos cuja renda não possibilita a perpetuação do mesmo padrão de vida caso decidam sair de casa e formar uma nova família. De fato, como possíveis causas para tal comportamento, algumas notícias informam que os adultos, dos quais a maioria já trabalha, não desejam abrir mão do padrão de vida que possuem na casa dos pais; ou alegam estarem usando a renda do emprego para investimento na formação acadêmica. Poderíamos nos contentar com as explicações dessas notícias e afirmar que esse fenômeno é simplesmente o reflexo da falta de emprego, uma consequência da crise econômica que se abate contra o Brasil. E tais dificuldades teriam obrigado os indivíduos a se manterem na casa dos pais para não perderem o padrão de vida do qual estão acostumados. Em suma, esse comportamento seria uma mera

conseqüência dos altos níveis de desemprego no Brasil, juntamente com uma estratégia fracassada de educação.

Porém, há um detalhe importante que implica um problema para tal explicação. Esse detalhe é o fato de que esse comportamento trata-se de um fenômeno inédito. Trata-se de um costume novo na cultura brasileira, que uma simples crise econômica e os conseqüentes níveis de desemprego não poderiam nos servir como causa suficiente. Afinal, se fosse o caso, já na década de 80 esse comportamento já seria bem notável no Brasil, pois foi esse o período da desilusão econômica pelo qual o Brasil passou. Da mesma forma, em tempos anteriores ao “milagre econômico” também não há registros históricos – independentemente de eventuais crises – desse tipo de atitude. E isso nos leva a crer que, de fato, é realmente um fenômeno novo no Brasil. Logo, uma vez convencidos de que essa singularidade pertence aos anos mais recentes (as notícias mais antigas sobre o caso datam de 2008), podemos afirmar que ocorreu um ou mais eventos para que esse comportamento fosse adquirido por uma parcela das famílias brasileiras.

É plausível conjecturar que tais eventos se relacionam às dificuldades citadas nas mensagens midiáticas sobre o tema, uma busca na origem dessas novas dificuldades seria frutífera para nosso objetivo. Por exemplo, poderíamos procurar a evolução dessas dificuldades no aumento da violência urbana e na conseqüente supervalorização de imóveis (necessários para quem deseja sair de casa e formar uma nova família). Porém, esses eventos, mesmo que sejam relevantes, são apenas fenômenos mais específicos da atual crise econômica, que é, por si, evolução dos problemas econômicos da década de 80. Então, mesmo que essas causas específicas sejam importantes, podemos classificá-las como pertencentes à um conjunto mais geral de problemas – que já detectamos no discurso da mídia – referentes à manutenção do padrão de vida.

4 A MANIPULAÇÃO DO CONCEITO DE JOVEM

Então, sendo um comportamento novo, é provável que a explicação dessa situação possa ser encontrada mais na luta referente à manipulação do conceito de jovem do que apenas em dificuldades ocasionadas por situações econômicas de crise. Segundo Bourdieu, a luta simbólica que ocorre em todas as sociedades para definir o que seja um jovem parte da distinção desse conceito com o conceito de velho e está imbuída de interesses relacionados ao poder. Para exemplificar esse processo, ele escreve:

(...) Georges Duby mostra bem como, na Idade Média, os limites da juventude eram objeto de manipulação por parte dos detentores do patrimônio, cujo objetivo era manter em estado de juventude, isto é, de irresponsabilidade, os jovens nobres que poderiam pretender à sucessão (BOURDIEU, 1983, p. 112).

Observa-se, no exemplo acima, uma intenção por parte dos mais poderosos para manipular uma parcela da população por meio do conceito de juventude, de forma a proteger seus interesses. No caso da sociedade brasileira, a definição de juventude que sempre tinha sido mantida por costumes tradicionais, tem sido modificada – desde o século XX – pela influência dos meios de comunicação de massa e do consumismo característico da modernidade, cujos produtos, como a moda ou a música, por exemplo, já vêm impregnados com valores simbólicos juvenis que remetem à irresponsabilidade, em contraste com os papéis de responsabilidade da vida adulta. O antropólogo Massimo Canevacci observa essa dilatação da juventude, que ele define como um fenômeno que rompe com antigas barreiras etárias e transforma a juventude num conceito elástico.

Elemento caracterizador da contemporaneidade é a extrema incerteza, a imprecisão, a instabilidade em definir a percepção de si e do outro sobre o ser “jovem”. A passagem da juventude ao mundo dos adultos tornou-se

algo indeciso, uma espécie de zona cinzenta e lenta que se pode atravessar ou dilatar pelo sujeito. Os motivos para essa dilatação juvenil são múltiplos. Como o eu: o *multiple self*.

Ele aponta uma causa disso justamente nos meios de comunicação de massa, partindo da invenção do conceito de jovem por meio da indústria cinematográfica na década de 50, e abordando a propagação atual desse conceito através da mídia e dos produtos do consumismo: “Nesse contexto – caracterizado por culturas fragmentadas, híbridas e transculturais, consumo panorâmico, comunicações *mass*-midiáticas – afirma-se uma dilatação do conceito de jovem”. Inicialmente, na década de 1950, eram as calças jeans, o *rock’n roll*, os filmes de rebeldia juvenil, onde a irresponsabilidade era também delinqüente. Hoje, além de novas modas, novas músicas, vêm às novas identidades juvenis que são elas mesmas, também produtos desse mesmo consumismo divulgado pela mídia. Assim, “ser jovem é consumir”. Hoje há diferentes tipos de juventude e, para cada uma, padrões de consumo e estilos de vida distintos.

Ellen Wood nos oferece uma pista a respeito disso. Em sua obra, ela não trata especificamente da questão da juventude, mas das características da modernidade sob a hegemonia do capitalismo. Dentre essas características, Wood aponta o novo pluralismo, que é representado pela multiplicação de movimentos sociais baseados em identidades – como movimentos relacionados à raça, ao gênero, à etnicidade, à sexualidade etc – e também pela idéia de “estilos de vida” cujas existências dependeriam da “mera quantidade de mercadorias e padrões variados de consumo”. Ou seja, ela argumenta que esse pluralismo, essa proliferação de diferenças, essa diversidade característica da “pós-modernidade”, é apenas uma máscara da unidade abrangente e totalizadora do capitalismo.

(...) bem no centro do novo pluralismo existe a incapacidade de enfrentar (em geral, de negar explicitamente) a totalidade abrangente do capitalismo como sistema social constituído pela exploração de classe, mas formador de todas as “identidades” e relações sociais (WOOD, 2006, p. 222).

O pensamento de Wood nos ajuda a refletir sobre a questão da juventude como sendo um desses estilos de vida formados pelo que ela chama de “mundo capitalista contemporâneo”. Ou seja, o conceito de juventude foi criado e manipulado de forma a produzir novos padrões de consumo, consequência de uma imposição de homogeneidade e globalização do capitalismo. E tudo isso com a ajuda dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, o jovem reproduz simbolicamente o jovem, pois ser jovem é ser irresponsável, é curtir a vida, o que implica certa identidade que só pode ser mantida pelo mesmo consumismo que cria o jovem.

Porém, o conceito de juventude, apesar de ter sido manipulado nesse sentido, não implica necessariamente numa mudança de comportamento relacionado à dilatação do tempo em que se pode ser considerado jovem, um eterno adolescente que vive com a ajuda dos pais. A mídia e seus produtos possuem seus limites e nem tudo o que é imposto é adotado. Há filtros. Já faz tempo que as ideias propagandísticas de manipulação direta sobre a mente dos indivíduos foi descartada. Há seletividade. Há o conflito entre valores. Como já vimos, apesar de imersa nesse consumismo e nessas mensagens midiáticas da contemporaneidade, a sociedade brasileira não apresenta um quadro cuja maioria tenha adotado esse comportamento novo. Há os valores tradicionais, que impulsionam os indivíduos a saírem de casa quando se tornam adultos à moda antiga e conseguem algum emprego.

Como também lembra Lévi-Strauss, a influência dos meios de comunicação e de seus produtos não é suficiente para implantar um novo costume em toda uma sociedade. E, de fato, isso também se aplica ao nosso caso, pois, como já vimos, a dilatação da faixa etária da juventude atingiu apenas uma pequena porcentagem das famílias: aquelas mais privilegiadas e cuja posição no espaço social dependiam estrategicamente de investimentos em seu capital cultural institucionalizado. Ou seja, os demais grupos sociais – principalmente

aqueles pertencentes à categorias mais populares – parecem não ter aceitado de forma plena a manipulação do conceito de juventude no sentido de adiar sua entrada para a vida adulta para formar uma nova família. As famílias mais pobres não precisam de grandes investimentos em capital cultural para manterem sua posição no espaço social.

[...] uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que se lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um “homem” (BOURDIEU, 1983, p. 115).

Diferentemente do que ocorre nas famílias mais privilegiadas, naquelas mais pobres os filhos mal conseguem um emprego e já entram na vida adulta. É possível que os filhos adultos das famílias mais pobres permaneçam em casa, mas não se espera que o façam quando conseguem um emprego qualquer, nem que façam investimentos prolongados em educação. Como já observado, os ditos “filhos cangurus” já possuem um emprego, mas é um trabalho tido como temporário; a ser mantido enquanto permanecem em casa e estudam para conseguir outra renda que seja considerada satisfatória para o padrão de vida ao qual estavam acostumados.

Logo, podemos deduzir que o novo conceito de juventude, especialmente no que se refere ao seu prolongamento, foi absorvido de forma utilitária especialmente pelas famílias que dependem mais de um investimento em capital cultural para se manterem ou ascenderem no espaço social; e fizeram isso, apenas condicionadas pela atual situação econômica brasileira. Como se observa, diante dos problemas que os filhos dessas famílias encontraram em adquirir uma renda suficiente o bastante para perpetuar seu ser social, eles prolongam sua juventude, sua adolescência social, para que possam continuar aplicando

investimentos em capital cultural institucionalizado (cursos preparatórios para concursos, pós-graduação acadêmica, cursos profissionalizantes etc), de forma a adquirir futuramente uma renda suficientemente proporcional ao seu *conatus*:

As famílias são corpos (corporate bodies) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 2007, p. 35).

É por isso que o pessimismo econômico oriundo da atual crise econômica brasileira, sozinho, não pôde implantar esse comportamento. O mesmo ocorreu com a influência e manipulação do conceito de juventude. Foi necessária uma combinação desses eventos na mentalidade das famílias aqui tratadas. Poderia parecer forçado identificar uma relação de causalidade entre os produtos da mídia e do consumismo e o prolongamento da juventude. No entanto, nossas pesquisas apontaram as coisas nesse sentido ao ponto de não nos restar outra alternativa a ser percorrida para tal explicação. Mesmo assim, isso não explica tudo, pois o comportamento não é visível em toda a sociedade, o que implica – como esperado – mais um mecanismo de filtro do que uma mera imposição midiática sobre uma massa submissa, pois uma análise dos dados objetivos de que dispomos nos leva a crer que o fenômeno se concentra apenas em algumas famílias e, mesmo que os indivíduos não se sintam à vontade com essa situação, não há dúvidas de que a maioria desses, apenas adiam a saída de casa para se prepararem e conseguirem posteriormente um emprego que lhe possibilite adquirir um lar equivalente ao de seus pais. Seguindo por essa linha, é provável que a situação do mercado imobiliário influencie nessa decisão, mas o fato de não encontrarmos registros históricos dos ditos “filhos cangurus” nos leva a buscar uma resposta na influência da mídia. E como sabemos que o comportamento não foi adotado por toda a massa, podemos filtrar ainda mais nossa resposta e denunciar a racionalidade estratégica das famílias que, convenientemente, se apropria ou

adota esse novo conceito de juventude – o qual estabelece uma luta com os conceitos tradicionais e, por isso, vemos o desconforto dos filhos – e, como vimos, não faz isso conscientemente, pois tal elemento permanece ausente do discurso das famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na luta simbólica pela distinção entre jovem e velho, existe um conflito entre os valores impostos pela mídia – e por determinados produtos da modernidade – e valores relacionados à conceitos impostos tradicionalmente pela própria família e pelo Estado por meio de seus braços, incluindo-se aí a Escola. Outrora, mesmo com dificuldades financeiras, os indivíduos não se importavam tanto em seguir uma vida longe dos pais, pois quando se chegava em determinada idade, as perdas sociais – as punições simbólicas oriundas do conflito com as normas estabelecidas em relação à idade certa para trabalhar e casar – sempre eram maiores que os lucros atuais e futuros que a permanência em casa poderia proporcionar. A norma era casar assim que se conseguisse um emprego e uma mulher, o que implicava sair de casa. Hoje, como essas punições simbólicas normativas foram abaladas pela elasticidade conceitual de juventude, ficar em casa surge como uma oportunidade possível, aceitável e útil para se dedicar aos estudos, se especializar, fazer mestrado e doutorado, estudar para passar num concurso público etc. Sendo assim, entre alguns indivíduos, os valores tradicionais foram vencidos por valores novos exatamente porque os novos valores são convenientes – ou seja, úteis – para as estratégias das famílias diante das atuais dificuldades do cenário econômico brasileiro. Mas não de uma forma consciente.

Essas constatações são importantes para a compreensão, não apenas de nossas preocupações iniciais (a corrida aos concursos públicos), mas também para demais decisões dos indivíduos referentes à prolongação de sua vida como

estudantes. Ademais, isso sugere que existem condições de ordem utilitária, mesmo que inconscientes, em relação à adoção de comportamentos ou de certas tomadas de decisão, com base em fragmentos culturais que são impostos de fora para dentro de certos grupos, nos levando a reflexões sobre a racionalidade humana e a estudos sobre a influência da mídia sobre o público.

E, finalmente, percebemos que a diferença principal entre as explicações do senso comum e as nossas constatações é que, no discurso midiático, encontramos apenas a preocupação da família com o futuro dos filhos, enquanto que o prolongamento da juventude não é apenas consequência dessa preocupação, mas também da manipulação do conceito de juventude. Essa ignorância das pessoas a respeito dessa manipulação não é uma surpresa. O desconhecimento da manipulação dos conceitos é um ponto importante do pensamento de Bourdieu e é uma das formas através das quais o poder simbólico e invisível é exercido por e sobre aqueles que concordam cegamente com ele.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus editora, 2007.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco zero limitada, 1983.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LÉVI-STRAUS, Claude. **O suplício de papai Noel**. Rio de Janeiro: Cosac Naif, 2008.

ROMANINI, Carolina. Daqui eu não saio. **Revista Veja**, São Paulo, n. 15, 2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/150409/p_090.shtml>. Acesso em: 25 maio 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.